

**RESENHA DO ARTIGO INTITULADO “COVID 19 E MUDANÇAS  
TRABALHISTAS: AS IMPLICAÇÕES DA PANDEMIA NAS RELAÇÕES DE  
TRABALHO”<sup>1</sup>**

*REVIEW OF THE ARTICLE TITLED: “COVID 19 AND LABOR CHANGES: THE  
IMPLICATIONS OF THE PANDEMIC ON LABOR RELATIONS”*

**Érica Valquíria Dantas de Moraes<sup>2</sup>**

Faculdade Processus – DF (Brasil)

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9215116192002906>

Orcid: [https:// https://orcid.org/0000-0001-9807-9623](https://orcid.org/0000-0001-9807-9623)

E-mail: [moraiserica527@gmail.com](mailto:moraiserica527@gmail.com)

**Resenha da obra:**

FARIA, Karla Santana Barreto; SILVA, Samuel Costa. Covid 19 e as mudanças trabalhistas: as implicações da pandemia nas relações de trabalho. **Revista Processus de Políticas Públicas e Desenvolvimento Social**. Ano 2020, Vol.02, n.04, jun.-dez., 2020.

**Resumo**

Esta é uma resenha do artigo intitulado “Covid 19 e Mudanças Trabalhistas: As Implicações da Pandemia nas Relações de Trabalho”. O artigo é de autoria de: Karla Santana Barreto Faria e Samuel Costa da Silva. O artigo aqui resenhado foi publicado no periódico “Revista Processus de Políticas Públicas e Desenvolvimento Social”, no Ano 2020, Vol.02, n.04, jun.-dez., 2020.

**Palavras-chave:** Covid-19. Pandemia. Trabalho. Emprego. Mudanças.

**Abstract**

*This is a review of the article entitled “Covid-19 and Labor Changes the Implication of the Pandemic on Labor Relations” That has as author: Karla Santana Barreto Faria e Samuel Costa da Silva, and is published at the periodic Revista Processus de Políticas Públicas e Desenvolvimento Social. Year 2020, Vol. 02. N. 04. 2020.*

**Keywords:** Covid-19. Pandemic. Work. Employment. Change.

---

<sup>1</sup> A revisão linguística desta resenha foi realizada por Roberta dos Anjos Matos Resende.

<sup>2</sup> Graduanda em Direito pela Faculdade Processus.

### Resenha

Esta é uma resenha do artigo intitulado “Covid 19 e Mudanças Trabalhistas: As Implicações da Pandemia nas Relações de Trabalho. Este artigo é de autoria de: Karla Santana Barreto Faria e Samuel Costa da Silva. O artigo aqui resenhado foi publicado no periódico “Revista Processus de Políticas Públicas e Desenvolvimento Social”, no Ano 2020, Vol.02, n.04, jun.-dez., 2020.

Quanto aos autores deste artigo, conheçamos um pouco acerca do currículo de cada um. Muito do que compõe a formação ou a experiência de um autor contribui para a reflexão temática dos temas aos quais se propõe a escrever. Conheçamos um pouco sobre cada um deles.

A primeira autora do artigo é Karla Santana Barreto Faria Professora das disciplinas de Direito Constitucional, Direito do Trabalho e Direito Processual do Trabalho na Faculdade Processus. Pós-graduada em Direito Público pela Faculdade Metropolitana de Belo Horizonte - MG. Advogada trabalhista no escritório Assumpção Faria Advogados associados. Link para acessar o currículo *Lattes*: <http://lattes.cnpq.br/1812105713243370> Link para acessar currículo *Orcid*: <http://orcid.org/0000-0002-7432-7327>. E-mail: [rofkarlaf@yahoo.com.br](mailto:rofkarlaf@yahoo.com.br)

O segundo autor do artigo é Samuel Costa da Silva, Professor da disciplina de Sociologia Geral e Jurídica na Faculdade Processus. Doutor e pós-doutor em Sociologia (UnB), mestre em Teologia (FTBB). Diretor Presidente da Editora Charpentier. Autor de diversas obras. Link para acessar o currículo *Lattes*: <http://lattes.cnpq.br/3112932557993212> Link para acessar currículo *Orcid*: <https://orcid.org/0000-0001-6376-7880>. E-mail: [samuelcosta1@yahoo.com.br](mailto:samuelcosta1@yahoo.com.br)

O artigo é dividido nos seguintes capítulos: Resumo; Palavras-chave; *Abstract*; *Keywords*; *Resumen*; *Palabras-clave*; Introdução; Três pandemias antes da Covid 19; Os impactos da pandemia da Covid 19; Inovações legislativas e a Covid 19; Medida provisória n.º 927 de 22 de março de 2020; Medida provisória n.º 936 de 1º de abril de 2020; Considerações finais; e Referências.

No resumo do artigo consta:

Houve inúmeras epidemias ao longo da história, mas as pandemias dos séculos VI, XIV e início do século XX foram as que tiveram maior impacto na sociedade humana, não só em termos de mortalidade, mas também em termos sociais, econômicos e culturais. A pandemia Covid-19 é a quarta grande epidemia, que assola o mundo e tem provocado alterações nas relações sociais, principalmente nas relações de trabalho. O Brasil tem experimentado os efeitos da pandemia Covid-19 nas relações de trabalho. O presente artigo analisa a edição das Medidas Provisórias de número 927 e 936, editadas em 2020, e seus impactos nas relações de trabalho. A edição das Medidas Provisórias

é uma tentativa de diminuir o índice de desemprego em decorrência da atual pandemia, priorizando a saúde econômica da empresa e conseqüentemente a preservação dos empregos pelo máximo de tempo. (FARIA; SILVA, 2020).

O tema desse perspicaz artigo é “Covid 19 e mudanças trabalhistas: As implicações da pandemia nas relações de trabalho”. Discutiu as profundas mudanças decorrentes da pandemia do vírus SARS-CoV2, popularmente conhecido como Covid 19. O artigo partiu da seguinte hipótese: há registro da ocorrência de pandemias na história mundial, contudo nenhuma outra pandemia anterior acarretou mudanças tão profundas na dinâmica social e nas relações de trabalho. Parte desse posicionamento se deve por outras ocorrências pandêmicas, a medicina estava em um estágio rudimentar se comparada com o ponto de desenvolvimento atual, o próprio conhecimento sobre as formas de propagação de doenças era praticamente nulo.

O artigo aqui resenhado é muito relevante, pois o objetivo geral foi expor e analisar os efeitos decorrentes da pandemia da Covid 19 nas relações de trabalho em território brasileiro. Os objetivos específicos foram conseguir contextualizar o leitor sobre o cenário pandêmico atual em relação aos cenários pandêmicos já vivenciados; e analisar as Medidas Provisórias 927 e 936, e como elas alteraram as relações de trabalho em território nacional.

A temática da pesquisa adotada por Faria e Silva teve a seguinte justificativa: as regras estabelecidas pela Medida Provisória, embora ela tenha sido editada com intuito de preservar a manutenção de empregos, diminuindo os impactos do desemprego, expuseram o trabalhador ao risco iminente de falta de subsistência com a diminuição exacerbada de direitos sociais, contrariando o fundamento da Dignidade da Pessoa Humana previsto no art. 1º de nossa Constituição Federal.

A metodologia adotada de forma propositiva para a construção da pesquisa foi a qualitativa. O artigo analisado fornece uma contextualização do cenário mundial durante as pandemias passadas seguida de uma contextualização do cenário mundial e nacional da pandemia da Covid 19, assim como as medidas legislativas tomadas pelo Estado como método de enfrentamento emergencial e suas conseqüências.

Karla e Samuel claramente demonstram como a pandemia desencadeada pelo vírus Sars-CoV-2 modificou a dinâmica planetária em diversos aspectos. A humanidade já enfrentou outras três pandemias no passado e todas trouxeram graves conseqüências para as relações trabalhistas. As pandemias passadas ocorreram em um contexto social em que a medicina era incipiente, a difusão de informações técnicas era extremamente limitada e a sociedade da época não possuía os recursos que a sociedade atual tem.

Os autores conduzem com sabedoria o pensamento do leitor ao fazerem referência a cada pandemia ocorrida anteriormente. A primeira pandemia conhecida foi a Peste Justiniana, aconteceu durante os 541–544 AD, ficou conhecida por esse nome pelo fato de Justiniano I ser o Imperador do Império Bizantino na época. A Peste Justiniana era na verdade uma pandemia da peste bubônica. A segunda pandemia mundial ficou conhecida como Peste Negra e dizimou o continente europeu. A terceira pandemia começou no ano de 1894, na província chinesa de Yunnan, a

doença teve como vetor os ratos infectados nos navios a vapor e se espalhou pelo mundo por meio das novas rotas comerciais.

Na época da publicação do artigo, a pandemia da Covid 19 tinha alterado a ordem social mundial. De acordo com a Organização Mundial da Saúde, a pandemia já contava com mais de 1 milhão de mortes. Afetando diretamente a população e a economia de diversos países. No campo das relações de trabalho, em território nacional, o texto explicita que mais de 3 milhões de pessoas perderam seus empregos no período entre os meses de abril e julho de 2020. O artigo traz uma associação com a corrente Marxista sobre a alienação e o trabalho. O emprego em centros urbanos está diretamente conectado com a sobrevivência do ser humano. Como consequência, um alto índice de desemprego é um risco para a sobrevivência humana.

O texto deixa claro que as alterações provocadas pelos métodos para combater a propagação da pandemia da Covid 19 geraram rapidamente um impacto negativo na economia do país. Em resposta, o poder legislativo elaborou a Lei n.º 13.979, de 06 de fevereiro de 2020, disposta sobre as medidas para o combate e a propagação da Covid 19 e o Decreto Legislativo n.º 06, de 20 de março de 2020, reconhecendo o estado de calamidade pública devido ao Coronavírus. No âmbito trabalhista, a Medida Provisória n.º 927/20 dispôs que empregadores poderão adotar novas medidas trabalhistas visando a preservação dos empregos e a renda durante a pandemia. Ainda em 2020, visando a manutenção do emprego, o governo editou uma nova Medida Provisória de n.º 936, de 1º de abril de 2020, que instituiu o Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda. Permitiu a adoção de medidas como a redução proporcional da jornada de trabalho e de salários, suspensão temporária do contrato de trabalho e o pagamento de Auxílio Emergencial.

A brilhante publicação alega que as regras estabelecidas pela Medida Provisória objetivavam a proteção de empregos e a minoração dos impactos decorrentes da Covid 19. Entretanto, na realidade expôs o trabalhador aos novos riscos pela diminuição exagerada dos direitos sociais, indo contra o art. 1º de nossa Carta Magna que dispõe sobre a Dignidade da Pessoa Humana.

Com isso, as medidas provisórias geraram um cenário imprevisível e que carece imediatamente de medidas que efetivamente protejam o trabalhador e evitem uma situação ainda pior de calamidade pública.

## Referências

BRASIL. **Constituição** (1988). **Constituição** da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. Lei Nº 13.979, de 06 de fevereiro de 2020. **Dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus pelo surto de 2019**. Brasília, DF, 06 de fevereiro de 2020. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2019-2022/2020/lei/l13979.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/lei/l13979.htm).

Acesso em: 24 set 2021.

BRASIL. Medida Provisória nº 927, de 22 de março de 2020. **Diário Oficial[da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 22 de março de 2020. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2019-2022/2020/Mpv/mpv927.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/Mpv/mpv927.htm) Acesso em: 24 set. 2021.

BRASIL. Medida Provisória nº 936, de 1º de abril de 2020. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, de 1º de abril de 2020. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2019-2022/2020/mpv/mpv936.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/mpv/mpv936.htm) Acesso em: 24 set. 2021.

FARIA, Karla Santana Barreto; SILVA, Samuel Costa. Covid-19 e mudanças trabalhistas as implicações da pandemia nas relações de trabalho. **Revista Processus de Políticas Públicas e Desenvolvimento Social**. Ano 2020, Vol.02, n.04, jun.-dez., 2020. Disponível em: <http://periodicos.processus.com.br/index.php/ppds/article/view/268>>. Acesso em: 24 set. 2021.

GONÇALVES, Jonas Rodrigo. Como elaborar uma resenha de um artigo acadêmico ou científico. **Revista JRG de Estudos Acadêmicos**. Vol. 3, n. 7, p. 95–107, 2020. DOI: 10.5281/zenodo.3969652. Disponível em: <http://revistajrg.com/index.php/jrg/article/view/41>>. Acesso em: 24 set. 2021.

GONÇALVES, Jonas Rodrigo. Modelo de resenha de um artigo acadêmico ou científico. **Revista Processus Multidisciplinar**. Vol. 1, n. 2, p. 04-07, ago. 2020. Disponível em: <http://periodicos.processus.com.br/index.php/multi/article/view/225>>. Acesso em: 24 set. 2021.